



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 17/06/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Pedro Aihara (PP - MG) - O Deputado defendeu a derrubada do Veto Total nº 1, de 2026, ao Projeto de Lei (PL) nº 1.469, de 2020, que altera a Lei nº 14.751, de 2023, para estabelecer, em âmbito nacional, as idades máximas para ingresso nas carreiras das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal. Ademais, destacou que a medida atende a antiga reivindicação de concurseiros e corrige uma limitação incompatível com o aumento da expectativa de vida da população brasileira. Além disso, sustentou que a União possui competência para estabelecer normas gerais sobre o tema e rejeitou alegações de inconstitucionalidade ou invasão da competência dos Estados. Por fim, agradeceu ao autor do PL, Deputado Capitão Derrite, e ao Relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Deputado Capitão Alden.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado apelou ao Presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, para que agilize a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Sustentou que a proposta representa avanço civilizatório, melhora as condições de vida dos trabalhadores e contribui para o aumento da produtividade, a redução do adoecimento e a diminuição dos acidentes de trabalho. Ademais, destacou que as mulheres estão entre as principais afetadas pela escala 6 por 1 e defendeu a necessidade de adequação da legislação trabalhista às transformações decorrentes da revolução digital e da inteligência artificial. Por fim, criticou a demora na apreciação da matéria e defendeu sua votação imediata.

Marcelo Nilo (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado criticou o Partido dos Trabalhadores (PT) e os seus Governos na Bahia, sustentando que a legenda prejudica a população de baixa renda que afirma representar. Ademais, condenou a gestão do Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, pelos baixos indicadores de educação, saúde, segurança pública, infraestrutura rodoviária, emprego e feminicídio no Estado. Sustentou que os pobres são os principais prejudicados pela precariedade dos serviços públicos e recriminou as declarações do Governador ofensivas aos eleitores do ex-Presidente Bolsonaro. Além disso, denunciou a inadimplência da gestão estadual no pagamento de artistas contratados para eventos públicos. Por fim, reprovou os ex-Governadores Rui Costa e Jaques Wagner.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada destacou a aprovação, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, do parecer do Relator, Deputado Reimont, ao Projeto de Lei (PL) nº 1.969, de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

2022, que reconhece a responsabilidade do Estado pelo desaparecimento forçado das 11 vítimas de Acari e estabelece Medidas de Reparação e Não-Repetição para vítimas e familiares da Chacina de Acari. Ressaltou que a proposta prevê pensão especial mensal e vitalícia aos familiares, inscrição das Mães de Acari no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria e instituição do Dia Nacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados. Ademais, sustentou que a reparação constitui dever do Estado e compromisso com a memória, a justiça e a dignidade das vítimas. Por fim, lamentou a ausência de respostas às famílias desde julho de 1990.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado criticou o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, associando sua gestão a sucessivos casos de corrupção envolvendo órgãos da administração distrital, entre eles a Secretaria de Economia, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF), a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Educação, a Novacap e o Banco de Brasília (BRB). Ademais, elogiou o trabalho da Polícia Federal nas investigações relacionadas ao Banco Master e ao BRB e questionou o sigilo sobre visitantes do empresário Daniel Vorcaro na prisão. Por fim, reiterou seu apoio à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master e apelou ao Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, para que autorize sua criação.

Sérgio Turra (PP - RS) - O Deputado criticou o Governo Federal e o Partido dos Trabalhadores (PT) por se oporem ao Projeto de Lei (PL) nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebote de dívidas originárias de crédito rural e dá outras providências. Sustentou que a proposta é necessária para viabilizar a recuperação econômica dos produtores rurais afetados por estiagens e enchentes no Rio Grande do Sul e rejeitou a classificação da matéria como "pauta-bomba". Ademais, argumentou que o projeto não prevê perdão de dívidas, mas condições para seu pagamento, e defendeu sua viabilidade financeira e jurídica. Por fim, reprovou o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Paulo Pimenta, por seu posicionamento contrário e defendeu a agilização da votação da matéria.

Raniery Paulino (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado destacou a atuação da Paraíba como referência nacional no combate à violência contra a mulher e ao feminicídio, com ênfase na prevenção, no acolhimento às vítimas e na responsabilização dos agressores. Enalteceu o Programa Antes que Aconteça, idealizado pela Senadora Daniella Ribeiro, bem como a atuação da Primeira-Dama da Paraíba, Camila Mariz, da Patrulha Maria da Penha, da Defensoria Pública paraibana e dos grupos reflexivos para homens autores de violência. Ademais, ressaltou a instituição do Dia Estadual de Combate ao Feminicídio na Paraíba, em 19 de junho, por lei de sua autoria, e o trabalho do Observatório Brígida Lourenço, vinculado à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Por fim, reafirmou seu compromisso com a proteção das mulheres e registrou a presença de Maria da Penha na Paraíba para o debate "Vozes que Transformam".



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Lêda Borges (REPUBLICANOS - GO) - A Deputada saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Prefeito Cleomar, da Vereadora Vani e dos Vereadores Murilo Matheus e Vinícius, do Município de Campinorte (GO).

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado denunciou o uso indevido do Pix por criminosos como instrumento de ameaça, intimidação e perseguição, especialmente contra mulheres. Além disso, ressaltou a importância da inovação tecnológica brasileira, mas alertou para o desvio de finalidade do campo de descrição das transferências bancárias. Ao final, defendeu a aprovação em Plenário do Projeto de Lei nº 4.220, de 2025, de sua autoria, que cria causas de aumento de pena nos crimes de ameaça, perseguição e de violência psicológica contra a mulher para os casos em que tais delitos forem cometidos por meio do campo de mensagem do arranjo de pagamento instantâneo (Pix), já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Vavá (AVANTE - MG) - O Deputado denunciou irregularidades na atual administração de um pequeno Município mineiro do Vale do Jequitinhonha, com base em relatos de moradores e lideranças locais. Ademais, sustentou que a cidade avançou durante sua gestão como Prefeito, mas enfrenta retrocessos sob o atual Governo. Além disso, reprovou o abandono de estradas vicinais, aumento elevado dos gastos com transporte escolar, contratos suspeitos com máquinas e combustível, indicações políticas na educação, acúmulo de lixo urbano e cobrança irregular de pedágio de prestadores de serviço. Por fim, sustentou que pobreza e vulnerabilidade não admitem desrespeito, injustiça nem desvio da finalidade dos recursos públicos.

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado celebrou os 190 anos da Polícia Militar do Estado do Maranhão e enalteceu a atuação da corporação na segurança pública estadual. Destacou sua convivência com policiais militares como fundador e primeiro coordenador do Centro Tático Aéreo e, posteriormente, como Secretário de Segurança Pública do Maranhão. Ademais, ressaltou a dedicação dos homens e mulheres que integram a instituição na proteção da vida, do patrimônio e da ordem pública. Por fim, parabenizou a corporação, em nome do Comandante-Geral Wallace e da Secretária de Segurança Pública, Coronel Augusta.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado elogiou a participação do Ministro da Fazenda, Dario Durigan, em reunião conjunta da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, e defendeu a política econômica do Governo Lula. Sustentou que o Governo Federal tem promovido crescimento com distribuição de renda, geração de empregos, controle da inflação e proteção da soberania nacional diante de crises externas. Ademais, contrapôs esses resultados à política econômica do Governo Bolsonaro, que causou aumento dos combustíveis, inflação elevada e retorno



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

do Brasil ao Mapa da Fome. Por fim, enalteceu o Governo Lula pela isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e defendeu a votação, pelo Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1.

Dr Flávio (PL - RJ) - O Deputado defendeu a derrubada do Veto nº 28, de 2025, ao Projeto de Lei nº 1.440, de 2019, que estabelece como área de semiárido a classificação climática dos Municípios que especifica no Estado do Rio de Janeiro, estende a esses Municípios a área de abrangência do Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 2002, e cria o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Norte e do Noroeste Fluminense. Além disso, sustentou que o reconhecimento da região permitirá o acesso a políticas públicas, crédito rural diferenciado e investimentos voltados ao fortalecimento da produção agropecuária. Ademais, destacou as dificuldades enfrentadas por produtores rurais em razão das estiagens recorrentes no norte, noroeste e em Municípios da Região Serrana fluminense.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou o Presidente Lula por declarar que não é político de Esquerda, sustentando que a fala contradiz sua trajetória no Partido dos Trabalhadores (PT) e o apoio histórico recebido da Esquerda latino-americana. Ademais, condenou o Projeto de Lei nº 1.838, de 2026, do Poder Executivo, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1, afirmando que a medida aumentaria custos, prejudicaria trabalhadores com renda variável e agravaria a situação econômica do País. Além disso, destacou que o próprio Governo Federal retirou a urgência da matéria por reconhecer seus impactos negativos. Por fim, defendeu a posição contrária do Partido Novo à proposta e reprovou o PT por fomentar medidas que prejudicam a economia e o emprego.

Inácio Arruda (PCdoB - CE) - O Deputado celebrou o Dia Internacional do Combate à Desertificação e à Seca e ressaltou os desafios enfrentados pelo Ceará e pelo Nordeste em razão da degradação de áreas semiáridas. Ademais, defendeu a importância da ciência, da tecnologia e da pesquisa para a contenção da desertificação e a recuperação de áreas degradadas, ressaltando a atuação da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Instituto Nacional do Semiárido (INSA). Além disso, destacou a realização do Seminário Internacional sobre Combate à Desertificação promovido pela Câmara dos Deputados em parceria com instituições nacionais e internacionais dedicadas ao tema. Por fim, cumprimentou pesquisadores, estudantes, organizações sociais e demais participantes do evento.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou a política econômica do Governo Lula, destacando o déficit dos Correios e o aumento das despesas públicas, apesar do recorde de arrecadação federal. Ademais, sustentou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

que os recursos destinados ao combate ao crime organizado são insuficientes diante do avanço do tráfico de drogas e das milícias no Estado do Rio de Janeiro. Além disso, atribuiu a crise de segurança pública à omissão do Governo Federal, à má gestão estadual e municipal e às restrições impostas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) às operações policiais na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635. Por fim, alertou que a influência do crime organizado compromete a liberdade de campanha e a integridade do processo eleitoral.

Raniery Paulino (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, de seminaristas oriundos principalmente da região do Brejo da Paraíba, quase todos da Diocese de Guarabira (PB).

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado criticou o Presidente Lula, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), responsabilizando-os pela deterioração econômica e institucional do País. Ademais, condenou a atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em Altamira (PA), sustentando que produtores rurais foram vítimas de apreensões arbitrárias de rebanhos e repudiando o Governo Federal por promover perseguição ao setor produtivo. Além disso, recriminou o Governador do Pará, Helder Barbalho, por omissão diante dos conflitos envolvendo produtores rurais e por envolvimento em atos de corrupção. Por fim, reprovou o Ministério Público Federal por não coibir abusos contra produtores rurais e defendeu mudanças políticas no Estado do Pará e no Governo Federal.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 421, de 2026, de sua autoria, que inclui no Calendário Oficial de Eventos Nacionais a Temporada de Praia do Rio Tocantins, a ser celebrada anualmente entre os meses de junho e setembro. Sustentou que a medida ampliará a visibilidade turística dos Municípios localizados às margens do rio, fomentará atividades culturais e contribuirá para a geração de emprego e renda na região. Ademais, defendeu a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master para investigar irregularidades, identificar agentes políticos envolvidos e apurar prejuízos causados aos cofres públicos. Por fim, conclamou Deputados e Senadores a apoiarem a imediata instalação da CPI pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado defendeu a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banco Master, questionando a resistência do Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, em determinar sua abertura. Sustentou que a investigação deve apurar a participação de Deputados, Senadores e dirigentes partidários em esquema de corrupção envolvendo o banco e prejuízos a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

fundos públicos de previdência. Ademais, defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, já aprovado pelo Senado Federal, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, a fim de evitar a quebra de produtores e o encarecimento dos alimentos. Por fim, apelou ao Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, pela votação imediata da proposição.

Eduardo Bismarck (PV - CE) - O Deputado destacou a realização, em Fortaleza (CE), da convenção nacional da Azul Viagens, que reuniu 440 agentes de viagens para apresentação de destinos turísticos do Ceará. Ressaltou que parte da programação incluiu visita técnica à Praia de Canoa Quebrada, em Aracati (CE), e à região da Rota das Falésias. Também anunciou o início, em outubro, de voos diretos da Azul entre Belo Horizonte e Aracati, com duas frequências semanais. Segundo o Deputado, investimentos em infraestrutura turística e de transporte realizados ao longo dos últimos anos contribuíram para fortalecer o desenvolvimento econômico do litoral leste cearense e ampliar as oportunidades de negócios na região.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado criticou declarações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva captadas durante a cúpula do G7, na França, em que este teria afirmado não se considerar esquerdista, atribuindo o rótulo a terceiros. Além disso, relembrou a condenação de Lula da Silva por corrupção e lavagem de dinheiro, bem como a posterior anulação das sentenças pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Por fim, exaltou o papel do então Juiz Federal Sérgio Moro na condenação, afirmando ter participado da segurança durante o depoimento do réu.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado defendeu projeto de lei que prevê a castração química para condenados por pedofilia, estupro de crianças e feminicídio, apontando esses crimes como inaceitáveis para a sociedade brasileira. Argumentou que o aumento de penas não tem sido suficiente para conter a criminalidade, e convocou o povo goiano, o povo brasileiro e o Congresso Nacional a apoiar a proposta.

Dr. Frederico (PL - MG) - O Deputado celebrou a aprovação, na Comissão de Legislação Participativa, de moção de louvor à Tratorada da Capela de Santa Rita de Caldas (MG), homenageando representantes do Município presentes na sessão. Também saudou comitiva de Vereadores de Coronel Xavier Chaves (MG). Em seguida, manifestou solidariedade ao Deputado Eduardo Bolsonaro, apontado como cassado de forma injusta, e criticou o processo judicial conduzido pelo Ministro Alexandre de Moraes e pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), a quem atribuiu práticas de tirania e interferência nos demais Poderes. Por fim, declarou apoio à pré-candidatura do Senador Flávio Bolsonaro à Presidência da República.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado comunicou a apresentação de requerimento de indicação ao Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) para estender o auxílio-alimentação aos servidores públicos aposentados, iniciativa baseada em sugestão legislativa do Senado com mais de 20 mil assinaturas. Argumentou que a medida é uma questão de isonomia, uma vez que os servidores da ativa já recebem o benefício. Além disso, informou o apoio de sindicatos e associações, como a Assejus e o Sindilegis, e anunciou que estuda a apresentação de projeto de lei para garantir o direito, reforçando tratar-se de reivindicação histórica dos servidores públicos.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado manifestou apoio à criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa com Epilepsia, ressaltando que a condição afeta mais de 50 milhões de pessoas no mundo e que os pacientes enfrentam estigma, barreiras no acesso a tratamentos e ausência de políticas públicas adequadas. Também anunciou avanços do Ministério das Cidades na construção de habitações em 34 Municípios da Paraíba, tanto em áreas rurais quanto urbanas, e agradeceu ao Ministério pelo empenho. Por fim, manifestou preocupação com a atuação de facções criminosas, como o PCC e o Comando Vermelho, no interior do País, e sinalizou a necessidade de um comando específico para enfrentá-las.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado destacou a visita do Presidente Lula ao Estado de Sergipe, com ações em Laranjeiras (SE), Lagarto (SE) e Aracaju (SE). Em Laranjeiras, ressaltou o anúncio de investimentos de 75 bilhões para petróleo e gás pela Petrobras, com previsão de geração de 28 mil empregos diretos e indiretos, além da retomada da produção de fertilizantes na antiga Fafen. Também mencionou a inauguração do Hospital do Amor e do Hospital Governador Marcelo Déda, bem como a assinatura de ordens de serviço para a adutora do leite, com mais de 120 quilômetros de extensão, e para a Ponte Aracaju-Barra dos Coqueiros (SE), com investimento de quase 1 bilhão de reais. Por fim, parabenizou o Governo Federal pelos que considerou os maiores investimentos da história de Sergipe.

Pedro Aihara (PP - MG) - O Deputado celebrou a derrubada do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 1.469, de 2020, que amplia o limite etário para ingresso em corporações militares de 30 para 35 anos. Argumentou que a restrição anterior era baseada em legislação de época em que a expectativa de vida girava em torno de 61 a 62 anos, ao passo que hoje alcança aproximadamente 78 anos. Além disso, ressaltou que a mudança possibilitará que mais de 17 milhões de brasileiros entre 30 e 35 anos concorram a vagas na Polícia e no Corpo de Bombeiros Militares. Por fim, prestou reconhecimento ao Deputado Capitão Alden, ao Deputado Capitão Guilherme Derrite, autor do projeto, e aos concurseiros que acompanharam e impulsionaram a tramitação da matéria nas Comissões da Câmara e do Senado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Capitão Alden (PL - BA) - O Deputado ressaltou que o projeto de ampliação do limite etário para ingresso nas corporações militares foi aprovado de forma unânime na Câmara e no Senado, refutando alegações de que a proposta interferiria na autonomia dos Governadores. Esclareceu que o texto estabelece apenas uma norma geral, preservando a competência dos Estados para legislar sobre as próprias polícias, e reiterou que a medida beneficiará mais de 15 milhões de brasileiros. Em seguida, abordou o preço do gás de cozinha, apresentando a Emenda nº 3 ao PLP nº 114, de 2026, que propõe política de preços específica para o consumo doméstico, distinta da aplicada a grandes consumidores industriais e comerciais. Por fim, apelou aos colegas para que apoiassem a emenda como medida de justiça social e de valorização da produção nacional em benefício do trabalhador brasileiro.

ORDEM DO DIA

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu a necessidade de transparência e prestação de contas por parte dos agentes públicos diante de informações divulgadas no âmbito das investigações relacionadas ao empresário Daniel Vorcaro. Mencionou revelações atribuídas à Polícia Federal, autorizadas pelo Ministro André Mendonça, que teriam citado o Senador Ciro Nogueira e o Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta. Segundo o Deputado, os fatos mencionados precisavam ser esclarecidos para evitar impactos sobre a imagem do Congresso Nacional.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado manifestou preocupação com episódios recentes de violência atribuídos à atuação de facções criminosas. Mencionou o ataque ocorrido no Rio Grande do Norte contra um Vereador de Mossoró (RN) durante uma transmissão ao vivo, que resultou na morte de um jornalista e deixou o político ferido. Também afirmou que o caso evidenciou o avanço da criminalidade e reforçou a necessidade de medidas mais rigorosas no combate às organizações criminosas. Por fim, defendeu que a Câmara dos Deputados aprovasse propostas voltadas ao fortalecimento das ações de segurança pública e à preservação do Estado de Direito.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu a apuração de crimes e tentativas de violência, independentemente de motivação política, e citou Gandhi para reforçar que a violência é sempre destrutiva. Em seguida, apoiou o Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, chamado Cidade dos Idosos, apresentando-o como iniciativa de interesse coletivo e instrumento de combate ao etarismo. Também comentou declarações do Presidente norte-americano Donald Trump na França, que teria confundido pessoas e situações relacionadas ao Brasil, atribuindo os equívocos não à idade, mas a dificuldades cognitivas preexistentes. Por fim, defendeu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

idades mais justas e saudáveis para todos os habitantes, criticando a devastação de árvores no Rio de Janeiro em favor da especulação imobiliária.

General Girão (PL - RN) - O Deputado relatou o recebimento, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), de comitiva de Parlamentares da Áustria, com quem foram debatidos temas como o acordo entre o Mercosul e a União Europeia e o combate ao crime organizado. Defendeu a classificação de facções criminosas como organizações terroristas, posição que, segundo o Parlamentar, já conta com consenso internacional, e cobrou que o Governo brasileiro adote o mesmo entendimento. Por fim, saudou a comitiva austríaca e reforçou os laços de amizade entre os dois países.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, de sua autoria, que cria o selo Cidade Amiga do Idoso, com o objetivo de estimular Municípios a adotar políticas públicas voltadas à população idosa. Destacou a importância do reconhecimento institucional como forma de promover acessibilidade, mobilidade, moradia, empregabilidade e centros de convivência para esse segmento. Além disso, ressaltou que muitos idosos permanecem no mercado de trabalho por insuficiência dos benefícios previdenciários e que a sociedade tem o dever de valorizar quem contribuiu para a construção do País. Por fim, defendeu que as cidades que adotarem boas práticas em favor dos idosos sejam reconhecidas por meio do selo proposto.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, reforçando a importância de respeitar e amparar os idosos, lembrando que todos chegarão a essa fase da vida. Criticou a insuficiência das aposentadorias, especialmente para aqueles que recebem o salário mínimo ou valor ligeiramente superior, que não são contemplados pelos reajustes. Concluiu reafirmando seu compromisso pessoal e Parlamentar com a defesa da dignidade e da qualidade de vida dos idosos e aposentados.

Lafayette de Andrada (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, que cria o Título de "Cidade Amiga do Idoso", a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visam assegurar um tratamento mais digno as pessoas idosas. Além disso, protestou contra a decisão do Governo de esvaziar a Barragem da Caatinga, no Município de Bocaiúva (MG). Ressaltou que a barragem abastece mais de 800 famílias em região de escassez hídrica e que, diante de tentativa anterior semelhante, recorreu à Justiça para impedir o esvaziamento. Por fim, anunciou que adotará todas as medidas cabíveis para reverter a decisão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, que cria o Título de "Cidade Amiga do Idoso", a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visam assegurar um tratamento mais digno as pessoas idosas.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, que cria o Título de "Cidade Amiga do Idoso", a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visam assegurar um tratamento mais digno as pessoas idosas.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, que cria o Título de "Cidade Amiga do Idoso", a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visam assegurar um tratamento mais digno as pessoas idosas.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, que cria o Título de "Cidade Amiga do Idoso", a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visam assegurar um tratamento mais digno as pessoas idosas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, sobre a criação do Título de "Cidade Amiga do Idoso", a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visam assegurar um tratamento mais digno as pessoas idosas. Em seguida, alertou para a situação da segurança pública na Paraíba e atribuiu o cenário a anos de descaso com os profissionais da área. Além disso, afirmou que policiais enfrentaram problemas de saúde mental, baixos salários e escalas exaustivas, especialmente na Polícia Penal. Cobrou ações do Governador da Paraíba, mencionou a ausência de concursos públicos desde 2008 e registrou a morte de uma policial penal, reforçando o pedido de atenção às demandas da categoria.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado defendeu a adoção da tarifa zero no transporte público e destacou a importância da medida para os trabalhadores da Grande Aracaju (SE). Além disso, celebrou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que prevê o fim da escala 6 por 1, argumentando que a mudança ampliaria a qualidade de vida dos trabalhadores. Ressaltou, ainda, a necessidade de fortalecer o transporte metropolitano em Municípios como Aracaju (SE), São Cristóvão (SE),



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Laranjeiras (SE), Nossa Senhora do Socorro (SE) e Barra dos Coqueiros (SE). Também mencionou estudos para implantação de Veículo Leve sobre Trilhos entre Municípios da região e citou experiências de tarifa zero já adotadas no País.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado criticou o Projeto de Lei (PL) nº 424, de 2015, que permite a dispensa de licitação para aquisição de hemoderivados pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Afirmou que o PL dispensa licitação para beneficiar empresa pública e argumentou que o instrumento licitatório existe para garantir concorrência, transparência e o melhor preço ao Estado. Alertou para os riscos de ausência de incentivos à qualidade e eficiência, e defendeu sua proposta de imunidade tributária para medicamentos como alternativa mais adequada ao interesse público.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado afirmou que a Constituição Federal veda a comercialização de sangue e hemoderivados, criticou a tentativa de tratar esse insumo como mercadoria e defendeu a Hemobrás como empresa pública essencial para produzir e distribuir medicamentos de forma gratuita. Além disso, explicou que a estatal foi criada no primeiro Governo Lula para evitar dependência externa e sustentou. Por fim, afirmou que o Projeto de Lei nº 424, de 2015, em debate, completa o circuito de compras públicas, sem espaço para iniciativa privada nesse setor.

Clodoaldo Magalhães (PV - PE) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 424, de 2015, que acrescenta o Inciso XXXII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e altera o art. 3º da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, permitindo a dispensa de licitação para aquisição de hemoderivados pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 424, de 2015, que acrescenta o Inciso XXXII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e altera o art. 3º da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, permitindo a dispensa de licitação para aquisição de hemoderivados pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 424, de 2015, que acrescenta o Inciso XXXII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e altera o art. 3º da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, permitindo a dispensa de licitação para aquisição de hemoderivados pelo Sistema Único de Saúde - SUS.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado esclareceu ao Plenário que o Projeto de Lei nº 424, de 2015, em votação, visava preservar a produção nacional de hemoderivados e fatores de coagulação utilizados pelo Sistema Único de Saúde. Além disso, explicou que a instituição utilizava tecnologias de fracionamento de plasma e de engenharia genética para atender à demanda por fator VIII destinado ao tratamento da hemofilia. Argumentou que a exigência de licitação ampla poderia comprometer investimentos realizados para a incorporação tecnológica e a capacidade produtiva nacional. Ressaltou que o debate envolvia produtos estratégicos como albumina, mas não tratava de medicamentos para emagrecimento, imunoglobulina e fatores de coagulação cuja comercialização é vedada pela Constituição.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação da expressão "pública" constante após a palavra "instituição", no inciso XII do art.3º da Lei nº 10.972, de 2004, incluído pelo art. 2º da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 424, de 2015, que acrescenta o Inciso XXXII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e altera o art. 3º da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, permitindo a dispensa de licitação para aquisição de hemoderivados pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado reiterou a defesa da Hemobrás e da vedação constitucional à comercialização de sangue e hemoderivados pela iniciativa privada, rebatendo críticas. Destacou que a o Projeto de Lei nº 424, de 2015, em debate, já prevê exceção para o caso de existência de duas empresas públicas, como eventual produção pelo Butantan. Por fim, exaltou os avanços do SUS na qualidade do sangue e na entrega gratuita de hemoderivados, e rejeitou qualquer tentativa de privatização do setor.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "pública" constante após a palavra "instituição", no inciso XII do art.3º da Lei nº 10.972, de 2004, incluído pelo art. 2º da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 424, de 2015, que acrescenta o Inciso XXXII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e altera o art. 3º da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, permitindo a dispensa de licitação para aquisição de hemoderivados pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "pública" constante após a palavra "instituição", no inciso XII do art.3º da Lei nº 10.972, de 2004, incluído pelo art. 2º da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 424, de 2015, que acrescenta o Inciso XXXII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e altera o art. 3º da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, permitindo a dispensa de licitação para aquisição de hemoderivados pelo Sistema Único de Saúde - SUS.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "pública" constante após a palavra "instituição", no inciso XII do art.3º da Lei nº 10.972, de 2004, incluído pelo art. 2º da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 424, de 2015, que acrescenta o Inciso XXXII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e altera o art. 3º da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, permitindo a dispensa de licitação para aquisição de hemoderivados pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "pública" constante após a palavra "instituição", no inciso XII do art.3º da Lei nº 10.972, de 2004, incluído pelo art. 2º da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 424, de 2015, que acrescenta o Inciso XXXII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e altera o art. 3º da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, permitindo a dispensa de licitação para aquisição de hemoderivados pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "pública" constante após a palavra "instituição", no inciso XII do art.3º da Lei nº 10.972, de 2004, incluído pelo art. 2º da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 424, de 2015, que acrescenta o Inciso XXXII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e altera o art. 3º da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, permitindo a dispensa de licitação para aquisição de hemoderivados pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado esclareceu que a Constituição e a Lei do Sangue proibiram a comercialização de sangue e seus componentes hemoderivados, reforçando a estrutura pública de produção desses insumos no País. Além disso, afirmou que a legislação consolidou a vedação à atuação de empresas privadas nesse setor. Argumentou ainda que o Projeto de Lei nº 424, de 2015, buscava evitar exigências que poderiam burocratizar a aquisição e a distribuição de hemoderivados por Estados e Municípios, com risco de desabastecimento na ponta do sistema de saúde. Ao concluir, defendeu o projeto como forma de garantir eficiência no fornecimento e proteção da capacidade de produção no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado, a respeito do Projeto de Lei nº 424, de 2015, que acrescenta o Inciso XXXII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e altera o art. 3º da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, permitindo a dispensa de licitação para aquisição de hemoderivados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), contestou as declarações do Deputado Jorge Solla sobre hemoderivados e biotecnológicos, afirmando que não existia proibição constitucional sobre o tema e que a explicação apresentada havia sido parcial e seletiva.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado rebateu questionamentos sobre a biotecnologia e a produção de fatores de coagulação relacionados ao Projeto de Lei nº 424, de 2015, que acrescenta o Inciso XXXII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, e altera o art. 3º da Lei nº 10.972, de 2004, permitindo a dispensa de licitação para aquisição de hemoderivados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), afirmando que o texto tratava expressamente desses temas. Além disso, sustentou que a interpretação apresentada decorria da leitura da Constituição e da Lei do Sangue, e cobrou maior atenção ao conteúdo da proposta e à legislação pertinente.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado defendeu a derrubada do veto relacionado ao Projeto de Lei nº 1.469, de 2020, que altera o Decreto-Lei n. 667, de 1969, para regradar, em âmbito nacional, a idade-limite para o ingresso nas carreiras das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares. Além disso, criticou alterações promovidas pela Lei nº 13.954, de 2019, por limitar a contagem de tempo de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a cinco anos e ampliar o tempo de serviço para 35 anos. Por fim, argumentou que a medida prejudicou profissionais que contribuíram fora da carreira militar e cobrou a revisão urgente dessas regras previdenciárias.

Osmar Terra (PL - RS) - O Deputado cumprimentou lideranças do movimento dos caminhoneiros presentes na sessão, mencionando representantes ligados ao setor de transporte e ao Porto de Santos. Além disso, recordou a participação nas negociações decorrentes da paralisação dos caminhoneiros de 2018 e na relatoria da proposta que instituiu o frete mínimo. Por fim, informou que estava em discussão uma legislação específica para a categoria e agradeceu a presença dos representantes do movimento e de um Vereador de Três Coroas (RS).

Heitor Schuch (PSD - RS) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.106, de 2023, que reconhece a Robótica como esporte de competição e de relevância educacional, na forma que especifica.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada manifestou solidariedade à Vereadora Ada Munaretto, de Passo Fundo (RS), e afirmou que a Parlamentar estaria sendo alvo de perseguição política em razão de declarações sobre a representação das mulheres. Além disso, assinalou que situações semelhantes estariam ocorrendo em Estados e Municípios brasileiros. Por fim, criticou a atuação de integrantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em ações contra mulheres que ocupam cargos de poder e sustentou que essas iniciativas buscariam restringir a atuação política dessas representantes.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.106, de 2023, que reconhece a Robótica como esporte de competição e de relevância educacional. Na oportunidade, relatou experiências



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

bem-sucedidas observadas em projetos educacionais que integravam tecnologia, pesquisa e cooperação entre instituições de ensino. Contudo, argumentou que o art. 2º da proposta era inadequado por determinar que o Poder Executivo incluísse a robótica como atividade extracurricular e optativa, uma vez que essa possibilidade já existiria na legislação e nas diretrizes educacionais vigentes. Além disso, sustentou que a definição de conteúdos curriculares competiria aos órgãos educacionais responsáveis. Por fim, informou que o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) apresentaria destaque para suprimir o dispositivo, com o objetivo de evitar questionamentos sobre a constitucionalidade da matéria e permitir o avanço da proposta.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.106, de 2023, que reconhece a Robótica como esporte de competição e de relevância educacional. Na oportunidade, relatou experiência pessoal na área de Processamento de Dados, mencionando estudos em programação e desenvolvimento de sistemas. Além disso, recordou debates realizados no âmbito da Comissão de Educação (CE) e do Conselho Nacional de Educação (CNE) para a inclusão do tema na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por fim, defendeu a relevância da robótica, da automação e da inteligência artificial para o desenvolvimento do País e afirmou que o incentivo a essas áreas contribuiria para o futuro nacional.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do caput do artigo 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.106, de 2023, que reconhece a Robótica como esporte de competição e de relevância educacional. Argumentou que a definição de disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não competiria ao Parlamento e afirmou que esse entendimento estaria consolidado na Comissão de Educação (CE) e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Por fim, sustentou que a supressão do artigo permitiria preservar o mérito da proposta e facilitar sua tramitação no Senado Federal.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado analisou o artigo 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.106, de 2023, que reconhece a Robótica como esporte de competição e de relevância educacional, e defendeu a manutenção do texto da proposta, argumentando que a oferta de robótica como atividade extracurricular e optativa já ocorria em institutos federais e escolas de tempo integral. Além disso, ressaltou a expansão das escolas de tempo integral, destacando a melhoria da estrutura educacional, a qualificação do corpo docente e iniciativas como o Programa Pé-de-Meia. Por fim, afirmou que disciplinas optativas e extracurriculares voltadas à robótica contribuiriam para a formação dos estudantes e para a qualificação em áreas tecnológicas estratégicas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado procedeu à leitura do parecer da Relatora, Deputada Andreia Siqueira, ao Projeto de Lei nº 4.225, de 2023, que dispõe sobre os direitos das pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), institui o dia da conscientização das pessoas com TDAH e altera a Lei 14.420, de 2022.

Alex Manente (CIDADANIA - SP) - O Deputado comemorou a aprovação do Projeto de Lei nº 4.225, de 2023, que dispõe sobre os direitos das pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), institui o dia da conscientização das pessoas com TDAH e altera a Lei 14.420, de 2022, destacando a criação de mecanismos para avaliação e diagnóstico biopsicossocial por equipes multiprofissionais. Além disso, ressaltou a importância do diagnóstico precoce, do tratamento adequado e da conscientização sobre o transtorno, especialmente no ambiente escolar. Também assinalou a previsão de condições diferenciadas para participação em concursos e provas. Por fim, afirmou que a medida representou um avanço na construção de políticas públicas voltadas aos transtornos do neurodesenvolvimento e homenageou o trabalho do Relator e o apoio unânime do Plenário à matéria.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a participação do Presidente da República em reunião do Grupo dos Sete (G7) e afirmou que declarações e comportamentos atribuídos ao chefe do Executivo teriam gerado constrangimentos à imagem do Brasil no cenário internacional. Além disso, mencionou episódio em que o Presidente teria afirmado não ser esquerdista e outro em que teria tratado de forma desrespeitosa o Ministro das Relações Exteriores. Por fim, questionou o apoio de partidos de esquerda ao Governo Federal e reiterou críticas à atuação presidencial.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira. Na oportunidade, apontou prejuízos de empresas estatais e mencionou resultados financeiros da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para sustentar que o setor público não deveria direcionar investimentos e incentivos econômicos. Por fim, defendeu a livre concorrência e o livre mercado como mecanismos mais adequados para estimular a produção e o desenvolvimento industrial.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado defendeu a rejeição do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira. Esclareceu que a proposta não previa a criação de empresas públicas. Além disso, afirmou que o texto havia incorporado sugestões apresentadas por diferentes lideranças



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

partidárias e ressaltou que a iniciativa buscava instituir uma política industrial de Estado, e não de Governo. Também argumentou que países como Estados Unidos, China, Índia e os integrantes da União Europeia (UE) adotavam políticas industriais e destacou que o projeto foi elaborado com participação do setor produtivo, especialmente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Por fim, solicitou apoio para a apreciação e aprovação da matéria.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira.

Pedro Aihara (PP - MG) - O Deputado registrou a presença da Tenente-Coronel Mirlir Cunha e de seus familiares no Plenário, destacando que a homenageada havia recebido o Prêmio Mulheres na Ciência Amélia Império Hamburger em reconhecimento à contribuição das mulheres para a ciência brasileira. Além disso, ressaltou a atuação da premiada na Polícia Militar de Minas Gerais e na área jurídica. Por fim, parabenizou a Tenente-Coronel e estendeu o reconhecimento às mulheres que contribuem para o desenvolvimento científico e social do País.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira. Por fim, criticou a participação do Ministro da Fazenda em audiência no Parlamento e contestou avaliações positivas sobre a situação econômica do País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira. Em seguida, elogiou a participação do Ministro da Fazenda, Dario Durigan, em audiência no Parlamento, afirmando que a exposição apresentou indicadores econômicos relacionados ao crescimento do País, ao controle da inflação, à geração de empregos, ao aumento da renda e à ampliação de mercados para produtos brasileiros.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira. Em seguida, manifestou repúdio a declarações atribuídas ao Presidente da República sobre delegados de polícia. Afirmou que tais declarações representariam desrespeito às forças policiais e criticou a atuação do chefe do Executivo. Por fim, defendeu o endurecimento das políticas de combate à criminalidade e manifestou apoio à pena de morte.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira. Na oportunidade, defendeu a necessidade de uma política industrial para o País e argumentou que o Brasil enfrentou, nos últimos anos, um processo de desindustrialização, além de concorrência internacional considerada desleal. Por fim, esclareceu que a proposta foi de autoria de Parlamentares da bancada do Partido Socialista Brasileiro (PSB), tendo sido construída em diálogo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira. Aproveitou para defender a importância do debate presencial no Plenário da Câmara dos Deputados como elemento central da democracia e manifestou críticas ao uso do Sistema de Tramitação e Informação Legislativas (Infoleg), argumentando que a modalidade remota teria contribuído para o esvaziamento das discussões parlamentares.

Paulo Lemos (PT - AP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira. Na oportunidade, afirmou que o projeto poderia funcionar como instrumento de proteção diante de medidas tarifárias adotadas por outros países, especialmente pelos Estados Unidos.

Heitor Schuch (PSD - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.133, de 2023, que dispõe sobre diretrizes para a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada destacou audiência da Comissão de Finanças e Tributação com o Ministro da Fazenda, Dario Durigan, na qual foram apresentados resultados econômicos do Governo Lula, como crescimento, geração de empregos, controle da inflação, responsabilidade fiscal e fortalecimento de políticas sociais. Ressaltou a aprovação de medidas estruturantes, como a reforma tributária e novas regras fiscais, além de programas como o Desenrola, avanços na produção agrícola, redução do desmatamento e reconhecimento internacional do Brasil. Por fim, criticou setores que desvalorizam esses resultados por razões ideológicas e defendeu a parceria entre Executivo e Legislativo como essencial para o desenvolvimento econômico e social do País.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou o Presidente Lula, acusando-o de mentir sobre sua posição ideológica, e manifestou solidariedade ao Padre Kelmon diante de episódio que classificou como intolerância política em São Bernardo do Campo (SP). Condenou também a decisão contra Eduardo Bolsonaro, afirmando que ela desrespeitaria garantias constitucionais como o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e a imunidade parlamentar. Criticou ainda a condução da diplomacia brasileira, mencionou declarações atribuídas ao Presidente Donald Trump e afirmou que o Brasil vive um momento de enfraquecimento democrático. Por fim, demonstrou indignação com o atentado sofrido pelo Vereador Cabo Deyvison, em Mossoró (RN), que resultou na morte de um cinegrafista, cobrou apuração rigorosa do caso e pediu respeito às divergências políticas no País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado comemorou o resultado da votação do Projeto de Lei nº 4.133, de 2023 e agradeceu ao Deputado Rodrigo Rollemberg pelo relatório, além de parabenizar o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, à frente do Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), e a Ministra Ester Dweck, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), pela colaboração na construção do entendimento que permitiu a aprovação da matéria. Por fim, afirmou que a medida representa um marco de estímulo à produção industrial no País, com geração de empregos de qualidade, incentivo à ciência e tecnologia e valorização do conteúdo nacional.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que o PSOL apresentará representação ao Conselho de Ética do Senado contra o Senador Ciro Nogueira, em razão de supostas irregularidades relacionadas ao Banco Master apontadas em inquérito da Polícia Federal. Acusou o Senador de ter recebido benefícios indevidos, como viagens, hospedagens, apartamento de luxo e pagamentos mensais, além de ter apresentado propostas legislativas supostamente elaboradas pelo banco. Por fim, afirmou que Ciro Nogueira não teria mais condições de exercer o mandato e deveria ser cassado, para que o Congresso Nacional dê uma resposta institucional ao caso.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado manifestou solidariedade aos Deputados e Deputadas do PSOL na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que estariam sofrendo perseguição política por parte do PL e de aliados, com ameaças de destituição das presidências de comissões. Afirmou que a atuação do PSOL nas comissões incomoda por promover enfrentamento político e acolher demandas de movimentos sociais e da sociedade civil organizada.

Evair Vieira de Melo (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado agradeceu ao Deputado Zé Trovão, relator da Medida Provisória nº 1.343, de 2026, pela sensibilidade e competência na elaboração de um texto que preserva a segurança jurídica e o papel estratégico das cooperativas. Em nome da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, da Organização das Cooperativas Brasileiras e das cooperativas do Brasil, destacou que a atuação do relator garantiu a continuidade dos serviços prestados por cooperativas sérias e estruturadas, especialmente na proteção dos caminhoneiros.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado fez um apelo aos colegas para que, na sessão do Congresso, derrubem o Veto nº 19, imposto pelo Governo ao reajuste das forças de segurança pública do Distrito Federal. Classificou o veto como prejudicial à segurança pública local e defendeu a manutenção do chamado “posto acima” como medida de valorização dos policiais, que passam décadas na corporação e não contam com benefícios como o FGTS ao se aposentarem.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado encaminhou a votação do artigo 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Paulo Lemos (PT - AP) - O Deputado encaminhou a votação do artigo 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas. Além disso, criticou o corte de recursos das Forças Armadas.

Evair Vieira de Melo (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 8



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

de agosto de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Paulo Lemos (PT - AP) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Evair Vieira de Melo (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 102, de 2026, à Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 102, apresentada à Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 102, apresentada à Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 102, apresentada à Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Paulo Lemos (PT - AP) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 102, apresentada à Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 102, apresentada à Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 102, apresentada à Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2024, que susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 1996, que “dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências”, o Decreto nº 12.289, de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina”, e o Decreto nº 12.290, de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina”.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2024, que susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 1996, que “dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências”, o Decreto nº 12.289, de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina”, e o Decreto nº 12.290, de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina”.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado, na condição de Relator, celebrou a aprovação da Medida Provisória nº 1.343, de 2026, que altera a Lei nº 13.703, de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas. Ademais, recordou sua trajetória como caminhoneiro, enalteceu as medidas aprovadas em favor do transporte rodoviário de cargas e destacou ter cumprido o compromisso assumido com a categoria no Congresso Nacional. Por fim, reforçou que seu mandato está a serviço da categoria e defendeu o reconhecimento dos caminhoneiros como heróis que sustentam o Brasil.

Julio Lopes (PP - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2024, que Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que “dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências”, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina”, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina”. Além disso, destacou a aprovação da Medida Provisória voltada aos caminhoneiros e afirmou que a decisão representou um avanço para a categoria. Ressaltou a atuação dos Deputados Federais, da Comissão Especial responsável pela matéria e do Governo na construção do entendimento sobre o tema. Também cumprimentou os envolvidos na deliberação da proposta e homenageou os caminhoneiros de todo o País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Dr. Fernando Máximo (PL - RO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2024, que Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que “dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências”, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina”, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina”. Além disso, solicitou ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), Deputado Leur Lomanto Júnior, que pautasse a votação da PEC nº 47, de 2023. Também ressaltou que a proposta tramita há mais de três anos desde a aprovação no Senado, com 101 dias adicionais para a entrega do relatório na CCJC.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2024, que Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que “dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências”, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina”, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina”.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2024, que Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que “dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências”, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina”, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina”.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2024, que Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que “dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências”, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina”, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Paulo Lemos (PT - AP) - O Deputado afirmou que os projetos de decreto legislativo previstos na Constituição deveriam se limitar ao controle de excessos cometidos pelo Poder Executivo e avaliou que esse não era o caso da matéria em discussão. Manifestou preocupação com possíveis impactos sobre áreas indígenas já regularizadas, citando a situação do Amapá. Também destacou que os Deputados representavam não apenas seus Estados, mas todo o povo brasileiro, e defendeu que as decisões do Congresso Nacional fossem orientadas por interesses nacionais.

Evair Vieira de Melo (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2024, que Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que “dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências”, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina”, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina”.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2024, que Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que “dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências”, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina”, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina”.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2024, que Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que “dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências”, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina”, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina”.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2024, que susta decretos sobre a demarcação de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

terras indígenas. Em seguida, defendeu que comunidades indígenas tenham autonomia para desenvolver atividades produtivas em seus territórios, incluindo a exploração de recursos minerais conforme a legislação. Também elogiou o ex-Presidente Jair Bolsonaro, atribuindo a ele a criação do Pix e defendendo seu retorno à vida pública. Questionou ações do Governo Federal em relação às populações indígenas e à segurança nas regiões de fronteira, apontando redução de recursos para as Forças Armadas e dificuldades enfrentadas por militares e comunidades locais na Amazônia.

Ismael (PL - SC) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2024, para sustar o decreto de demarcação da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça (SC). Em seguida, afirmou que a iniciativa buscava garantir a permanência de famílias residentes na região. Além disso, relatou ter recebido moradores que apresentaram escrituras centenárias como comprovação da ocupação das propriedades. Ademais, criticou a atuação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) na área e alegou que a insegurança gerada pelo conflito fundiário provocou preocupação entre os habitantes locais. Mencionou ainda o falecimento de um morador da região e sustentou que a proposta considerava a realidade vivenciada pelas famílias afetadas.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2024, que susta decretos sobre a demarcação de terras indígenas. Além disso, dirigiu-se ao Deputado Coronel Chrisóstomo para alertar que a aprovação da urgência poderia criar precedente para a reversão, pelo Poder Legislativo, de demarcações de terras indígenas já realizadas pelo Poder Executivo. Nesse contexto, citou a Terra Indígena Rio Guaporé, em Rondônia, e argumentou que uma medida adotada em Santa Catarina poderia futuramente alcançar outros Estados. Recordou ainda posicionamento anterior do Parlamentar na votação do projeto que originou a Lei nº 13.954, de 2019, que reestruturou a carreira e a proteção social dos militares das Forças Armadas.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 116, de 2024, que regulamenta o exercício da psicopedagogia, após a conclusão de sua análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Além disso, destacou que a proposta estabeleceu critérios para o exercício profissional, ampliando a segurança jurídica dos psicopedagogos e a proteção das pessoas atendidas. Ressaltou a importância da psicopedagogia na promoção da aprendizagem, na inclusão educacional e no acompanhamento de estudantes com dificuldades de desenvolvimento. Argumentou ainda que a medida valorizou os profissionais da área, fortaleceu a qualidade dos serviços prestados e representou um avanço para a educação, para as famílias e para a comunidade escolar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a situação da BR-364, no Acre, e afirmou que a rodovia, considerada essencial para o escoamento da produção e mobilidade da população, foi marcada por anos de abandono. Além disso, questionou o anúncio de investimentos federais de R\$ 3 bilhões para recuperação das BRs 364 e 317, associando a iniciativa a um contexto eleitoral. Apontou ainda que representantes do Governo Federal e do Acre participaram do anúncio, mas teriam contribuído em gestões anteriores sem resolver os problemas estruturais da via. Também mencionou impactos da precariedade da estrada no Vale do Juruá e em Sena Madureira, com dificuldades logísticas e colapso de infraestrutura. Por fim, cobrou execução efetiva das obras e planejamento técnico contínuo, criticando o uso político de anúncios de investimento.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 3.158, de 2025, de sua autoria, que classificou como hediondos e inafiançáveis crimes sexuais contra crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis. Além disso, afirmou que a medida representou uma resposta firme do Parlamento diante de violações graves à dignidade humana, destacando os impactos duradouros dessas violências nas vítimas e em suas famílias. Ressaltou ainda que a decisão legislativa enviou uma mensagem de intolerância a esses crimes e reforçou a necessidade de proteção integral da infância e da adolescência. Também destacou a importância da união dos Parlamentares na aprovação da proposta e agradeceu o apoio recebido na votação da matéria.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado relatou o caso de uma criança catarinense de oito anos, portadora de Sarcoma de Ewing, e descreveu dificuldades enfrentadas para retorno ao Brasil após tratamento de saúde em Portugal. Além disso, criticou a ausência de resposta do Governo Federal a pedidos de apoio para transporte aeromédico, citando solicitações encaminhadas pelo Governo de Santa Catarina ao Ministério da Saúde e ao Itamaraty. Também afirmou que a família recorreu a redes sociais e que o caso foi tratado como de baixa prioridade, gerando sofrimento adicional aos responsáveis. Ainda destacou que o retorno do paciente ocorreu por iniciativa de outro ente federativo, após articulação local, e defendeu maior efetividade nas ações humanitárias do Estado brasileiro.

Vinicius Carvalho (PL - SP) - O Deputado destacou o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e alertou para a persistência dessas violações no Brasil, mesmo após 26 anos da criação da data. Além disso, apresentou dados do Anuário de Segurança Pública de 2025 que indicaram aumento expressivo das denúncias e elevado número de vítimas diárias de violência sexual, física e psicológica. Citou ainda casos recentes de estupro envolvendo crianças e adolescentes, ressaltando a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 120.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/06/2026

gravidade e a divulgação dos crimes. Também reforçou a importância da campanha Maio Laranja, do Disque 100 e da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente como instrumentos de proteção e denúncia.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado defendeu a soberania nacional e a não interferência externa nos processos eleitorais brasileiros, em resposta a declarações atribuídas ao presidente dos Estados Unidos sobre o cenário político do Brasil. Além disso, destacou que o Presidente da República reforçou o princípio da autodeterminação dos povos ao rejeitar avaliações externas sobre o sistema político nacional. Argumentou que interferências desse tipo podem gerar instabilidade institucional, impactos econômicos e insegurança para investimentos. Ressaltou ainda a importância do respeito mútuo nas relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos e afirmou que o País deve preservar a integridade de seu processo eleitoral, fortalecendo suas instituições democráticas e a confiança da sociedade.

Rubens Otoni (PT - GO) - O Deputado destacou a sanção da Lei nº 15.432, de 2026, que instituiu o Marco Legal do Transporte Público Coletivo Urbano, como um avanço para a mobilidade urbana no Brasil. Além disso, afirmou que a norma resultou de construção conjunta entre Congresso Nacional, Governo Federal, Estados, Municípios e sociedade civil, visando melhorar a sustentabilidade financeira e a qualidade do transporte público. Ressaltou que o modelo baseado exclusivamente na tarifa paga pelos usuários se mostrou insuficiente, defendendo novas fontes de financiamento e maior integração entre políticas urbanas. Também mencionou o fortalecimento do debate sobre Tarifa Zero e afirmou que os vetos presidenciais serão analisados pelo Parlamento. Por fim, destacou a expectativa de que a nova legislação contribua para ampliar o acesso ao transporte coletivo e promover inclusão social.

ENCERRAMENTO